



RELISE

AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS DO GOVERNO FEDERAL E A PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS¹

*SUSTAINABLE PUBLIC PURCHASES OF THE FEDERAL GOVERNMENT
AND THE PARTICIPATION OF MICRO AND SMALL COMPANIES*

Carlos Alberto de França²

Jomar Luiz Bellini³

RESUMO

O presente estudo analisou a participação das micro e pequenas empresas (MPEs) nas compras sustentáveis do Governo Federal em uma amostra dos órgãos superiores do Poder Executivo federal, por meio da análise dos dados extraídos do Painel de Compras. Verificou-se que as compras públicas sustentáveis estão, em sua maioria, restritas ao Ministério da Educação e evidenciou-se que a participação das MPEs nas compras públicas sustentáveis, ainda, é pouco representativa, principalmente nas licitações de alto valor. Concluiu-se que apesar do aumento no percentual de aquisições sustentáveis, a maioria dos órgãos superiores tem participação inexpressiva nas compras públicas sustentáveis, que denota ser necessário melhorar as políticas de fomento, implementação de metas, fiscalização e a conscientização dos gestores públicos sobre a importância ambiental das compras sustentáveis.

Palavras-Chave: compras sustentáveis, micro e pequena empresa, órgãos superiores.

ABSTRACT

The present study analyzes the participation of micro and small companies (SMEs) in sustainable purchases by the Federal Government in a sample of the higher bodies of the federal Executive Branch, through the analysis of data extracted from the Purchasing Panel. It was found that sustainable public procurement is mostly restricted to the Ministry of Education and it has been

¹ Recebido em 12/03/2020. Aprovado em 03/04/2020.

² Centro Universitário Campo Limpo Paulista. carlosfranca.re@hotmail.com

³ Centro Universitário Campo Limpo Paulista. jomar.bellini@hotmail.com

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, n. 6, p. 85-104, nov-dez, 2020

ISSN: 2448-2889



RELISE

86

shown that the participation of SMEs in sustainable public procurement is still not very representative, especially in high-value tenders. It was concluded that despite the increase in the percentage of sustainable acquisitions, most of the higher bodies have an insignificant participation in sustainable public procurement, which indicates that it is necessary to improve the promotion policies, the implementation of goals, inspection and the awareness of public managers about the environmental importance of sustainable procurement.

Keywords: sustainable purchases, micro and small enterprises, higher bodies.

INTRODUÇÃO

As compras sustentáveis destinam-se a garantir promoção do desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 2019), emergem da conscientização dos governos, organizações não governamentais (ONGs) e da sociedade, sobre a necessidade de preservação do meio ambiente.

O presente trabalho tem como finalidade o levantamento de dados referente às aquisições do Governo Federal entre os anos de 2014 e 2018, em especial as que venham obedecer às regras das compras sustentáveis. Contextualizou-se a participação das micro e pequenas empresas (MPEs) nas compras governamentais e as inovações trazidas pela legislação que regulamenta as MPEs e as licitações sustentáveis, como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

As compras públicas movimentaram cerca de 10% do PIB do Brasil, sendo economicamente representativas para uma nação (Biderman *et al.*, 2008). As compras governamentais têm impacto direto sobre a economia, sendo responsável por uma percentagem significativa do produto interno bruto (PIB) dos países (RIBEIRO; INÁCIO JUNIOR, 2014).

Verificou-se na literatura acadêmica, pouca abordagem sobre o assunto da participação das MPEs nas compras públicas sustentáveis. Assim, o interesse pelo tema proposto surgiu, pois um dos autores fez parte de



RELISE

87

equipes gestoras por mais de dez anos na área de compras públicas no âmbito federal.

O objetivo principal deste estudo consiste em investigar a participação das MPEs nos processos de compras sustentáveis do governo federal. Para tanto procurará responder o problema de pesquisa a partir da seguinte questão: **“Qual o desempenho das MPEs nas compras públicas sustentáveis”?** Para alcançar o objetivo verificaram-se os dados das licitações do governo federal e analisaram-se as informações sobre a participação das MPEs.

O estudo está estruturado em cinco seções: introdução apresenta o problema de pesquisa e os objetivos, seguido do referencial teórico que demonstra quais os pontos mais importantes que subsidiam a pesquisa. Na sequência, descreveram-se os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, as técnicas de pesquisa e estratégia de investigação; bem como a análise e discussão dos resultados que demonstra as análises e os resultados da pesquisa. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências adotadas no estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compras sustentáveis

Paraa Biderman et al. (2008, p. 21) “o conceito de licitação sustentável é aplicado apenas no caso de impactos e pressões ambientais”.

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade. A licitação sustentável é também conhecida como “compras públicas sustentáveis”, “ecoaquisição”, “compras



RELISE

88

verdes”, “compra ambientalmente amigável” e “licitação positiva”. Neste livro, opta-se pela definição “licitação sustentável (BIDERMAN et al., 2008, p. 21).

De acordo com Lencastro, Silva e Lopes (2014), embora as repercussões políticas, econômicas e sociais dessas ações sejam relevantes, os estudos científicos sobre os impactos, limites e potencialidades da inserção de critérios de sustentabilidade são pouco explorados nas compras governamentais, assim como, as efetivas contribuições dessa prática a partir da mudança dos hábitos de consumo dos órgãos públicos.

Segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG (2018), as contratações governamentais, no Brasil, movimentam recursos em cerca de 10 a 15% do produto interno bruto (PIB), sendo o governo federal o maior consumidor do país, que, por sua vez, pode influenciar de maneira positiva o mercado, incentivando o consumo de materiais e serviços sustentáveis (SEBRAE, 2017).

No âmbito do governo federal, foram estabelecidos critérios de sustentabilidade ambiental nas compras públicas, com a expedição da Instrução Normativa (IN) nº 1, de 19 de janeiro de 2010. Ainda no ano de 2010, a Lei nº 12.349, alterou a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, incluiu a promoção do desenvolvimento nacional sustentável entre os princípios a serem garantidos na licitação. Dessa forma, os gestores públicos devem considerar variáveis de sustentabilidade em todas as etapas da contratação (BRASIL, 2019).

Segundo Euflausino e Mello (2018), os gestores públicos tem o poder de implementar a modalidade de compras sustentáveis e despertar o interesse dos fornecedores, pois o tema ainda é pouco fomentado, o que agrava a prática das ações. Assim, é necessário expandir o conceito de sustentabilidade a fim de que a legislação seja cumprida pelo poder público em conjunto às micro e pequenas empresas.



RELISE

89

O governo federal vem realizando medidas para fomentar o consumo de bens sustentáveis, através de ações como: Política Nacional de Mudanças Climáticas – Lei nº 12.187, de 2009 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; incentivando aos gestores públicos a realizarem processos de aquisições sustentáveis, aplicando margem de preferência aos fornecedores participantes dos processos licitatórios e adquirindo itens com selo de sustentabilidade.

A participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas

Aqui são apresentados dados referentes às participações das MPEs nos processos licitatórios do governo federal. Atualmente as MPEs respondem por 68% dos 252.194 mil fornecedores cadastrados no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF).

Carneiro (2017) observou em seu estudo, sobre as dificuldades encontradas pelas MPEs na participação em licitações públicas das universidades federais de ensino superior, como ponto fundamental da estratégia a necessidade de capacitação dos empreendedores e dos colaboradores de MPEs, por meio de palestras e cursos, para tornarem-se aptos no entendimento à participação em licitações federais, para aproveitarem os benefícios da lei, e que algumas atitudes dos gestores poderiam aumentar a eficácia na participação e nos resultados das licitações.

Observa-se a relevância do crescimento constante da participação das MPEs e a evolução da quantidade de fornecedores cadastrados no portal de compras. No ano de 2007, estavam cadastradas 12.914 MPEs, saltando no ano de 2018 para 171.281 mil, aproximadamente 13 vezes o número inicial (MPOG, 2018).

Esse aumento da participação das MPEs no cadastramento pode ser justificado em virtude de incentivos governamentais para participarem cada vez



RELISE

90

mais dos processos de compras eletrônicos, bem como programas direcionados ao MEI, que tiveram sua participação nas compras significativamente ampliada (MPOG, 2018).

Na análise de Martimiano (2016), a maioria das MPEs pesquisadas desconhece completamente a legislação, fato não surpreendente entre os não fornecedores, mas preocupante entre os fornecedores, pois este conhecimento pode ser visto como fator de segurança, que promove novas intenções de compra junto ao micro e pequeno empresário.

Mendes e De Oliveira Menezes (2018), verificaram que as MPEs locais na maioria das vezes não correspondem com a demanda das compras públicas ou não podem participar devido às irregularidades fiscais, falta de pessoal qualificado, demora no recebimento dos serviços e, o governo local em conjuntos com as universidades poderiam promover formação para os pequenos produtores, promovendo cursos de extensão com base na legislação de compras brasileiras.

No período de 2015 a 2018, as compras realizadas pelo governo federal movimentaram mais de R\$ 189 bilhões, porém, somente 52,76% tiveram a participação de MPEs. Analisando esse período, nota-se que, a somatória do valor contratado das MPEs é de R\$ 26,87 bilhões representando 14,19% e das empresas de Outros Portes é de R\$ 162,56 bilhões, o que representa 85,81% do total das compras (MPDG, 2019).

Para Almeida (2017), parte dos recursos que poderiam promover o desenvolvimento no município, gerando emprego e renda para a população, acaba sendo destinada a empresas de outras regiões. Em que pese o poder de negociação com os fornecedores das empresas de grandes centros, as empresas locais possuem capacidade de disputarem pelo fornecimento de itens. Também se verifica que uma parcela considerável das empresas locais,



RELISE

não se apresenta interessada em fornecer para os órgãos públicos, visto que até seus cadastros encontram-se desatualizados.

De Oliveira, Krakauer e Coda (2017) ressaltaram que as principais dificuldades levantadas na pesquisa estão em sintonia com os dados apresentados na pesquisa do SEBRAE (2015) que apontam a falta de conhecimento em gestão, a ausência de planejamento, formação de carteira de clientes e a falta de capital/lucros como determinantes para o insucesso de alguns negócios de pequeno porte.

Pinheiro, Da Silva e De Oliveira (2017) entendem que o regime de tributação é uma grande possibilidade de crescimento empresarial e que o regime adequado definido pela empresa impacta no crescimento, sendo o Simples Nacional uma grande oportunidade para esses empreendedores crescerem ano após ano no País, gerando mais postos de trabalho.

Observou-se que as principais informações são vinculadas às dificuldades de participação das MPEs nos processos de compras. Entretanto, as MPEs devem melhorar na capacitação do conhecimento da legislação sobre compras públicas, conhecimento em gestão e planejamento, negociação com grandes compradores como o governo, melhorando as condições de competitividade, à necessidade dos agentes públicos no fomento às MPEs e a demanda de investimentos para incentivar o crescimento socioeconômico do País, por meio da participação dos pequenos negócios nas compras governamentais.

Sistema de compras do governo federal

O sistema de compras do governo federal é formado por várias ferramentas que possibilitam ao governo lançar suas demandas de compras e serviços e participação dos fornecedores, de forma segura e transparente. Tem como plataforma “mãe” o Sistema Integrado de Administração dos Serviços



RELISE

92

Gerais da Administração Pública Federal (SIASG) que é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais do SISG, que tem como finalidade integrar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (MPOG, 2018).

O Portal de Compras é o sítio eletrônico que faz parte da plataforma SIASG e permite a realização de processos eletrônicos de aquisição do governo federal (MPOG, 2018). Nesse portal, são disponibilizados os editais para pregões eletrônicos, as dispensas de licitações por cotações eletrônicas, publicações de avisos de licitações, acessos aos painéis de informações, aos sistemas de compras, ao SICAF, aos normativos e legislações pertinentes às compras públicas para os gestores, fornecedores e a sociedade.

As ferramentas tecnológicas para a realização das compras pelo ente público, não somente proporcionam eficiência, redução de custos, transparência, accountability, como também, melhoram a qualidade dos gestores e das equipes de licitações na condução de seus trabalhos. De acordo com Inamine, Erdmann e Marchi (2011), uma das iniciativas mais importantes do governo eletrônico brasileiro está nas compras dos órgãos federais, sendo inegáveis os benefícios advindos da utilização dos recursos da tecnologia da Informação nas compras públicas.

O Painel de Compras do governo federal é uma plataforma que apresenta em um só local os principais números das contratações públicas e tem por finalidade oferecer um panorama dos gastos públicos e do comportamento licitatório no âmbito da Administração Pública Federal. Foi desenvolvido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), apresentado no ano de 2015, como uma nova ferramenta voltada para remodelar a atuação do SISG e extrair os dados das compras públicas, alimentados pelos diversos órgãos (MPOG, 2018).



RELISE

93

Para Inamine, Erdmann e Marchi (2011), o sistema de compras públicas do governo federal tem como um de seus objetivos a busca da eficiência, sendo ampliado na medida em que são discutidos na administração pública aspectos complexos da criação de valor público, como expressão mais próxima do interesse do cidadão.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, bem como obter as informações necessárias para a realização da pesquisa, utilizou-se pesquisa do tipo exploratória em um procedimento quantitativo. Para coletar os dados, utilizou-se como método uma pesquisa documental em fontes secundárias. De acordo com Gil (2008), nas pesquisas exploratórias a principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, aproximar-se de determinado fato normalmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. “Os dados que emergem de um estudo qualitativo são descritivos. Ou seja, os dados são relatados em palavras (primariamente nas palavras dos participantes) ou desenhos, em lugar de números” (CRESWELL, 2007, p. 202).

Dessa forma, são consideradas como objeto deste estudo as contratações públicas no âmbito do Governo Federal; as evidências do estudo provêm de análises às normas e legislações vigentes e dos processos de compras do Governo Federal, por meio dos dados e informações do Painel de Compras do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para que fossem obtidos os quantitativos e valores sobre Licitações Sustentáveis, com análise temporal e de valores.

Para atingir o objetivo da pesquisa, realizou-se a coleta dos dados no



RELISE

94

Painel de Compras (MPDG, 2018), verificando os números de processos de compras do ano de 2014 a 2018, analisando a evolução no respectivo período. Os dados foram coletados em 2019 e atualizados até 31 de dezembro de 2018, utilizando os anos completos para efeito de comparação.

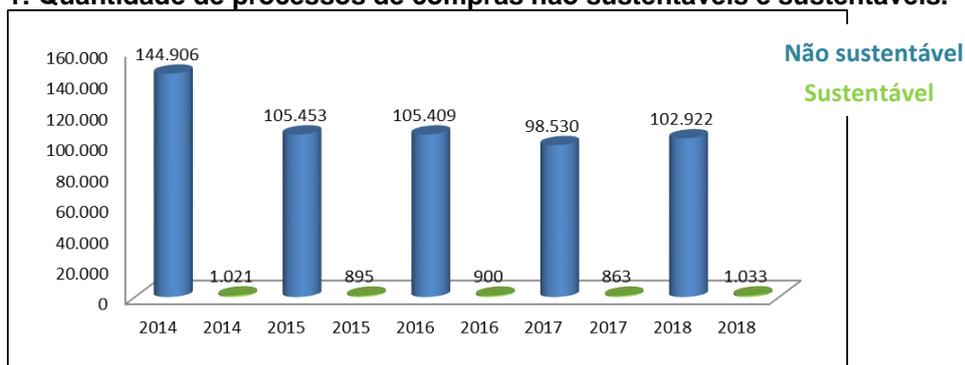
Por fim, para análise de dados, empregou-se estatística descritiva para levantamento de médias e frequências para posterior elaboração de tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados se referem ao período de 2014 a 2018, segundo critério descrito, nas aquisições do Governo Federal. Nesse período, o valor total das compras do Governo Federal foi de R\$ 260.753.619.654,52 com a quantidade de 561.932 processos de compras.

Como pode se observar no Gráfico 1, a quantidade de compras públicas sustentáveis, representa uma pequena parcela dos processos de processos de compras do Governo Federal.

Gráfico 1: Quantidade de processos de compras não sustentáveis e sustentáveis.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2019)

Segundo os dados do Ministério da Economia – ME, as compras públicas sustentáveis - CPS representam 0,84% dos processos de compras do governo federal no período de 2014 a 2018, com 4.712 processos. Isso representa 0,32%, ou seja, R\$ 844.790.668,44 do valor de compras



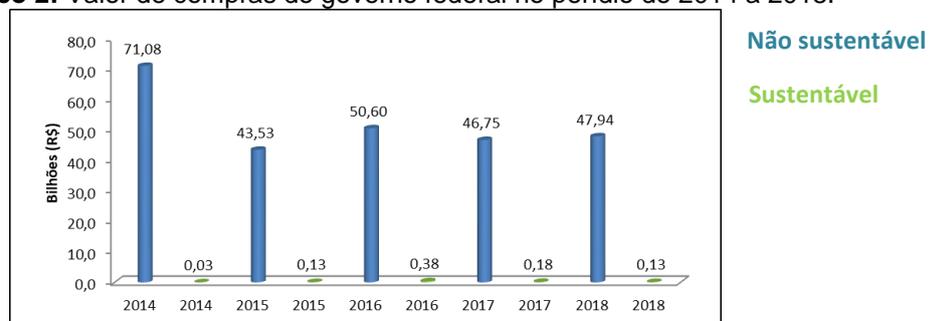
RELISE

95

sustentáveis em relação às compras não sustentáveis, conforme mostra a Gráfico 2.

Esses resultados corroboram com os resultados encontrados por Moreira, Grotta e Junior (2017). Sobre os processos de compras do governo federal nos últimos cinco anos, verificaram em suas análises que as compras públicas sustentáveis representam um percentual muito baixo diante da legislação, da relevância e do Poder/obrigatoriedade do Governo Federal em fomentar, planejar e executar a Política Pública de Sustentabilidade no país. Na pesquisa de Moreira, Grotta e Junior (2017), os resultados demonstraram que os itens sustentáveis estão presentes nos processos de compras governamentais, porém, ainda de forma muito tímida, representando menos de 1% (um por cento) do recurso gasto nas Compras Públicas Gerais no período estudado.

Gráfico 2: Valor de compras do governo federal no período de 2014 a 2018.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2019)

Também corrobora com os resultados encontrados por Lopes (2017), no estudo realizado na Universidade Federal do Maranhão, pois, demonstrou que os itens sustentáveis estão presentes nos processos de compras governamentais, porém, ainda de forma muito tímida, representando menos de 1% (um por cento) do recurso gasto.

Corroborando com os resultados encontrados por Hegenberg (2013), que verificou em suas análises que as compras sustentáveis se encontram em estágio embrionário, não havendo uma política definida nos órgãos, sendo que,



RELISE

96

a partir do ano de 2010 houve um mecanismo de incentivo para a prática de ações sustentáveis nas compras, porém, há pouco impacto na implementação das compras sustentáveis.

Destaca-se neste estudo que o Ministério da Educação reúne 52,65% das compras públicas sustentáveis no governo federal, conforme dados apresentados na Tabela 1. Assim, pode-se considerar que os resultados desta pesquisa se apresentam semelhantes aos identificados por Moreira, Grotta e Junior (2017), Lopes (2017) e Hegenberg (2013), onde analisou-se as universidades públicas federais e outros órgãos.

Tabela 1: Quantidade de compras públicas sustentáveis - CPS por órgão superior no período de 2014 a 2018

Órgão Superior	CPS	Percentual
Ministério da Educação	2.481	52,65%
Ministério da Saúde	488	10,36%
Ministério da Fazenda	321	6,81%
Ministério da Justiça	245	5,20%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	140	2,97%
Presidência da República	137	2,91%
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	128	2,72%
Ministério do Planejamento, Desenv. e Gestão	125	2,65%
Ministério da Defesa	82	1,74%
Outros	565	11,99%
Total	4.712	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2019)

No período analisado, o principal órgão em quantidade de compras públicas sustentáveis é o Ministério da Educação, que corresponde a 52,65% das compras, seguido do Ministério da Saúde, com 10,36% e o Ministério da Fazenda, com 6,81% das compras sustentáveis. Os resultados relativos ao Ministério da Educação se assemelham aos das pesquisas realizadas por Moreira, Grotta e Junior (2017), Hegenberg (2013) e Lopes (2017), uma vez que o Ministério da Educação concentra em suas compras, grande parte dos itens sustentáveis comprados pelo Governo Federal do Brasil.



RELISE

97

É importante destacar que o Ministério da Educação possui 52,65% da quantidade de compras públicas sustentáveis, representando 88,6% do valor de compras sustentáveis, seguido do Ministério da Previdência Social, com 4,7% e o Ministério da Saúde, com 2,1% das compras sustentáveis do governo federal no período analisado, conforme tabela 2.

Tabela 2: Valor de CPS por Órgão Superior no período de 2014 a 2018

Órgão Superior	Valor	Percentual
Ministério da Educação	R\$ 748.220.984,28	88,6%
Ministério da Previdência Social	R\$ 39.404.286,80	4,7%
Ministério da Saúde	R\$ 17.435.973,89	2,1%
Presidência da República	R\$ 13.191.868,08	1,6%
Ministério da Fazenda	R\$ 8.840.471,72	1,0%
Ministério da Justiça	R\$ 3.767.653,28	0,4%
Ministério da Defesa	R\$ 2.459.565,32	0,3%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 1.598.163,12	0,2%
Ministério do Planejamento, Desenv. e Gestão	R\$ 1.416.018,54	0,2%
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	R\$ 1.399.243,82	0,2%
Ministério do Meio Ambiente	R\$ 1.140.361,86	0,1%
Outros	R\$ 5.916.077,72	0,7%
Total	R\$ 844.790.668,44	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2019)

Diante dos dados é possível afirmar que as compras públicas sustentáveis do governo federal estão concentradas nos processos do Ministério da Educação, em sua grande maioria, nas aquisições de mobiliários escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme Pregões Eletrônicos por registro de preços nº 38/2015 e nº 10/2017, realizados pelo Fundo Nacional De Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Com relação à participação das MPEs nas compras públicas sustentáveis do governo federal, foi possível verificar no período de 2014 a



RELISE

98

2018 os seguintes valores anuais de aquisições sustentáveis para as MPEs e Outros Portes (Médio e Grande Porte), conforme mostra a tabela 3.

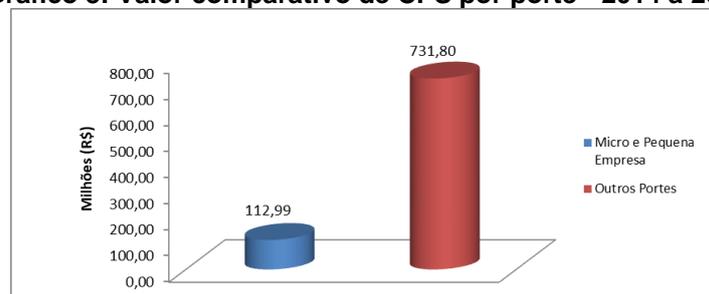
A análise dos dados no período estudado revelou que as vendas das MPEs para o governo federal foram de R\$ 112.994.693,84, representando (apenas) 13,38% das compras públicas sustentáveis, conforme Gráfico 3.

Tabela 3: Valor anual de CPS por porte - 2014 a 2018

Ano	Porte do Fornecedor	Valor da Compra
2014	Micro Empresa	R\$ 11.522.833,58
2014	Outros Portes	R\$ 12.470.227,70
2014	Pequena Empresa	R\$ 9.129.677,15
2015	Micro Empresa	R\$ 12.546.899,17
2015	Outros Portes	R\$ 107.690.314,97
2015	Pequena Empresa	R\$ 7.869.477,36
2016	Micro Empresa	R\$ 14.335.229,65
2016	Outros Portes	R\$ 344.584.291,45
2016	Pequena Empresa	R\$ 17.017.131,62
2017	Micro Empresa	R\$ 10.238.738,65
2017	Outros Portes	R\$ 152.377.046,14
2017	Pequena Empresa	R\$ 12.470.545,02
2018	Micro Empresa	R\$ 10.606.400,86
2018	Outros Portes	R\$ 114.674.094,34
2018	Pequena Empresa	R\$ 7.257.760,79
Total		R\$ 844.790.668,44

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2019)

Gráfico 3: Valor comparativo de CPS por porte - 2014 a 2018



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2019)

Um dos eventos que explica esse pouco acesso das MPEs nas compras públicas sustentáveis do governo federal deve-se à forma de aquisição, principalmente nas licitações de alto valor, onde se concentram por



RELISE

99

licitações, sendo mais favoráveis às empresas de Outros Portes (Médio e Grande Porte) que têm capacidade de produção e de fornecimento nas quantidades exigidas nos processos de compras sustentáveis, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4: Ranking de valores com compras públicas sustentáveis de materiais por porte - 2014 a 2018

Órgão Superior	Porte da Empresa	Descrição Item	Valor da Compra
Ministério da Educação	Outros Portes	Conjunto escolar, componentes: mesa e cadeira, tamanho:6	R\$ 224.105.935,67
Ministério da Educação	Outros Portes	Conjunto escolar, componentes: mesa e cadeira, tamanho:4	R\$ 130.507.595,09
Ministério da Educação	Outros Portes	Conjunto escolar, componentes: mesa e cadeira, tamanho:3	R\$ 125.687.307,30
Ministério da Educação	Outros Portes	Conjunto escolar, componentes: mesa e cadeira, tamanho:5	R\$ 124.662.229,16
Ministério da Educação	Outros Portes	Conjunto escolar, componentes: mesa e cadeira, tamanho:cjp01	R\$ 50.267.338,78
Ministério da Previdência Social	Outros Portes	Papel A4, material: celulose vegetal, aplicação: impressora laser, gramatura:75 g/m2, cor: branca	R\$ 18.438.952,40
Ministério da Educação	Outros Portes	Conjunto escolar, componentes: mesa e cadeira, tamanho:cjc-01	R\$ 12.455.351,80
Ministério da Saúde	Outros Portes	Veículo transporte, tipo: minivan, capacidade transporte passageiros:7	R\$ 8.157.840,00
Ministério da Previdência Social	Pequena Empresa	Papel A4, material: celulose vegetal, aplicação: impressora laser, gramatura:75 g/m2, cor: branca	R\$ 7.983.039,00
Ministério da Educação	Outros Portes	Mesa escolar, material estrutura: tubo aço com costura em chapa 16	R\$ 7.865.059,30
Total			\$ 710.130.648,50

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Painel de Compras (2019)

Observa-se que “Conjunto escolar” é o item de maior valor financeiro adquirido pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação pelo Fundo Nacional De Desenvolvimento da Educação – FNDE no valor de R\$ 667.685.757,80 que foram vencidos por empresas de Outros Portes (Médio e Grande Porte). Seguindo a tabela, os itens como “Papel A4”, “Veículo



RELISE

100

transporte” e “Mesa escolar”, no valor total de 34.461.851,70 não foram vencidos pelas MPEs. Apenas no item “Papel A4”, penúltimo item da tabela foi vencido por uma MPE no valor de R\$ 7.983.039,00.

As alterações promovidas pela legislação contribuem para a participação de MPEs nos processos de compras pesquisados, porém, o êxito de processos vencidos pelas MPEs nas compras públicas sustentáveis, ainda é pouco representativo, conforme se observou na análise dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo contribuir para a discussão relacionada à participação das MPEs nas compras públicas sustentáveis no governo federal e os resultados. Para tanto o presente estudo procurou responder o problema de pesquisa a partir da seguinte questão: Qual o desempenho das MPEs nas compras públicas sustentáveis”? Para alcançar o objetivo verificou-se os dados das licitações do governo federal e analisou-se as informações sobre a participação das MPEs.

Verificou-se que as contratações realizadas pelos órgãos integrantes da amostra no período de 2014 a 2018, estão em sua maioria restritas ao Ministério da Educação, sendo este, o maior consumidor em quantidade e valor de compras públicas sustentáveis no governo federal, principalmente na categoria de produto sustentável “conjuntos escolares”.

Identificou-se que a participação das MPEs nas compras públicas sustentáveis, ainda é pouco representativa, principalmente nas licitações de alto valor, que em sua maioria foram vencidas por empresas de Outros Portes (Médio e Grande Porte). Os aspectos como a falta de certificações para habilitação nos processos de compras, o desconhecimento da legislação sustentável e a dificuldade de competir com as empresas mais capitalizadas, podem influenciar no baixo índice de compras vencidas pelas MPEs.



RELISE

101

Conclui-se que apesar do aumento no percentual de aquisições sustentáveis, o estudo revelou que a maioria dos órgãos superiores tem participação inexpressiva nas compras públicas sustentáveis, sendo necessário melhorar as políticas de fomento, implementação de metas, fiscalização e a conscientização dos gestores públicos da importância ambiental das compras sustentáveis.

O presente estudo contribui para as discussões relacionadas à necessidade de fomento sobre a participação das MPEs nas compras sustentáveis e evidenciar o desempenho das MPEs nesse tipo de modalidade de aquisição do governo federal.

Por fim, sugere-se dar continuidade a estudos que reflitam o fomento dos pequenos negócios, em especial nas licitações sustentáveis, de forma a contribuir na melhoria da participação de MPEs nos processos de compras públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. M. **Desenvolvimento local: análise das contribuições das micro e pequenas empresas de Porto Velho - RO**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2017. Disponível em: <<http://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1834>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 dez. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 19 dez. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm> Acesso em: 19 dez. 2019.



RELISE

102

_____. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm > Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018.** Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoesnormativas/911-in-sicaf>> Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Boletim de compras públicas.** Disponível em: <<https://www.compraspublicasbrasil.gov.br/portal/pdf/boletim-de-compraspublicas.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2018

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Painel de Compras.** Disponível em: <<http://paineldecompras.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?documento=paineldecompras.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd04&anonymous=true> > Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Contratações Públicas Sustentáveis.** Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/contratacoes-publicassustentaveis> > Acesso em: 08 mai. 2019

BIDERMAN, R. et al. (Orgs.). Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. > Acesso em: 05 abr. 2019

CARNEIRO, M. C. **Dificuldades encontradas pelas micro e pequenas empresas na participação em licitações públicas das universidades federais de ensino superior.** 2017. Dissertação (mestrado profissional), Faculdade Campo Limpo Paulista, FACCAMP, Campo 105 Limpo Paulista, 2017. Disponível em: <http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/MartaCyb%20eleCarneiro.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2018.

DE OLIVEIRA, R. A.; KRAKAUER, P. V. C.; CODA, R. Estudo exploratório sobre benefícios e dificuldades de ser um microempreendedor individual. **South American Development Society Journal**, [S.l.], v. 3, n. 09, p. 155, nov.



RELISE

2017. ISSN 2446-5763. Disponível em: 103
<<http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/112>>. Acesso em: 25 set.
2018. doi: <http://dx.doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v3i9p155-173>.

EUFLAUSINO, M. A.; MELLO, G. R.. Compras públicas sustentáveis e micro e pequenas empresas: um estudo da percepção dos participantes do programa bom negócio Paraná. **ciências sociais em perspectiva**, v. 17, p. 22, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. [recurso eletrônico]. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEGENBERG, J T. **As compras públicas sustentáveis no Brasil: um estudo nas universidades federais**. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Curitiba, Paraná, 2013. Disponível em:<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/571/1/CT_PPGGP_M_Hegenberg,%20Juliana%20Trianoski_2013.pdf> Acesso em: 04 de dezembro 2018.

INAMINE, R.; ERDMANN, R. H.; MARCHI, J. J. Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. *Rev. Adm. (São Paulo)* [online]. 2012, vol.47, n.1, pp.124-139. ISSN 0080- 108 2107. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1030>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-21072012000100010&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 21 dez. 2018.

LENCASTRO, Maria Alice Cruz; SILVA, Edson Vicente da; LOPES, Ana Maria D'Ávila. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 207-235, Feb. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122014000100009>.

LOPES, Andrey Sales. **As compras públicas sustentáveis nas universidades federais brasileiras: um estudo com ênfase na Universidade Federal do Maranhão**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Energia e Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2087/2/AndreyLopes.pdf>> Acesso em: 04 de dezembro 2018.

MARTIMIANO, D. A. L. **As micro e pequenas empresas da região de São Roque e as compras governamentais**. 2016. Dissertação (mestrado



RELISE

104

profissional), Faculdade Campo Limpo Paulista, FACCAMP, Campo Limpo Paulista, 2016. Disponível em: <[http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/Alessandr aLandiMartimiano.pdf](http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/Alessandr%20LandiMartimiano.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2018.

MENDES, S. L.; DE OLIVEIRA MENEZES, E. C. Micro e pequenas empresas (mpes) e compras públicas no contexto do desenvolvimento territorial sustentável: uma análise do município de guaratuba. **GESTUS Cadernos de Administração e Gestão Pública**, v. 1, p. 20-52, 2018. Disponível em: <<http://200.17.236.22/revistas/index.php/gestus/article/view/3>> . Acesso em: 02 out. 2018.

MOREIRA, Patricia Alves; GROTTA, Renata Carolina; JUNIOR, Celso Machado. **COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**. *Latin American Journal of Business Management*, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em:< <http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/view/432>> Acesso em: 04 de dezembro 2018.

PINHEIRO, R. G.; DA SILVA, C. B. L; DE OLIVEIRA, R. P. O simples nacional como forma de crescimento empresarial no segmento de microcervejarias. **RIC - Revista de Informação Contábil** - ISSN: 1982-3967, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 32-45, out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/23240>>. Acesso em: 26 set. 2018.

RIBEIRO, C. G.; JÚNIOR, E. I. Mensurando o Mercado de compras governamentais brasileiro. *Cad. Fin. Públ.*, Brasília, n. 14, p. 265-287, dez. 2014. Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas1/mensur_merc_compras.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SEBRAE; **Cartilha do Comprador**: os novos paradigmas da administração pública. Brasília/DF: SEBRAE, 2017b. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/.../Cartilha-do-Comprador.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2018.